

Colonialidade, gestão cultural e culturas populares

Colonialidad, gestión cultural y culturas populares

BEZERRA, Laura¹

Resumo

Esse trabalho, parte de uma pesquisa de pós-doutorado em andamento, assume uma perspectiva situada, trabalhando com autores vinculados ao Pensamento Crítico Latino-americano e à descolonização de saberes, assim como com as reflexões produzidas sobre a gestão cultural no continente. Entrevistas e rodas de saberes com gestores de grupos tradicionais e populares do Recôncavo da Bahia nos trazem os aportes para pensarmos nas especificidades do seu trabalho e as consequências para a formação acadêmica nessa área.

Palavras-Chave: Gestão cultural; cultura popular; conexão de saberes; colonialidade; Recôncavo da Bahia

Resumen

Parte de una investigación posdoctoral en curso, en ese artículo adoptamos una perspectiva situada, trabajando con autores vinculados al pensamiento crítico latinoamericano y a la descolonización del conocimiento, así como con reflexiones sobre la gestión cultural en el continente. Entrevistas y ruedas de conocimiento con gestores de grupos tradicionales y populares del Recôncavo da Bahia nos aportan las contribuciones para reflexionar sobre las especificidades de su trabajo y las consecuencias para la formación académica en esa área.

Palabras claves: Gestión cultural; cultura popular; conexión de saberes; colonialidad; Recôncavo da Bahia.

Resumo expandido

1. Introdução

Em 2020, o Samba de Roda Suerdieck, criado em 1958 por Dona Dalva Damiana de Freitas, completa 62 anos de vida. O grupo, que permanece ativo, foi um dos protagonistas do Registro do Samba de Roda como Patrimônio Imaterial do Brasil e está atualmente com uma campanha para arrecadar fundos para a construção de uma sede. A trajetória do grupo, formalizado, em 2003, como Associação Cultural do Samba de Roda Dalva Damiana de Freitas nos impulsionou a refletir sobre a gestão cultural de grupos comunitários e tradicionais.

¹ Doutora em Cultura e Sociedade (UFBA), professora de Política Cultural e Gestão no Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CECULT/UFRB). Coordenadora do projeto Filmografia Baiana e do Cineclube Guido Araújo. Salvador/Santo Amaro, Bahia, Brasil; <laurabezerra@gmail.com>.

Estando vinculada à formação em política e gestão cultural e a uma universidade que busca construir pontes entre a cultura científica e outras lógicas de produção de conhecimento, me parece necessário, por um lado, (re)conhecer as práticas nascidas da ação cultural e entender seus princípios e dinâmicas, e, por outro, construir canais de conexão de saberes entre grupos e universidade, de forma a enriquecer as ações formativas nos dois polos.

Esse trabalho, parte de uma pesquisa de pós-doutorado em andamento, assume uma perspectiva situada, trabalhando com autores vinculados ao Pensamento Crítico Latino-americano e à descolonização de saberes, assim como com as reflexões produzidas sobre a gestão cultural no continente. Entrevistas e rodas de saberes com gestores de grupos tradicionais e populares do Recôncavo da Bahia nos trazem os aportes para pensarmos nas especificidades do seu trabalho e, as consequências para a formação acadêmica nessa área.

Das observações feitas até então retiramos três questões-guia: que ideário conduziu/conduz o pensamento sobre a gestão cultural? O que é reconhecido e legitimado como tal? Que gestão cultural queremos construir / disseminar/ ensinar em uma universidade pública implicada com seu território?

2. A colonialidade do saber

No livro “Colonialidade do Saber”, Aníbal Quijano nos mostra como a Modernidade se sustenta na legitimação de um conhecimento dito universal, que opera deslegitimando formas diversas de produção de conhecimento.

Seus dispositivos de transmissão ocultam que todo saber surge em um determinado momento e em um determinado contexto geocultural (KUSCH, 2007). Foi o Iluminismo, com sua devoção à racionalidade e sua crença na objetividade, que criou uma matriz para a produção de conhecimento com dispositivos normatizadores, baseados na razão instrumental, na fragmentação, na separação sujeito-objeto e na criação de hierarquias a partir de um pensar fundamentado em pares binários (civilização-barbárie, cultura-natureza, espírito-corpo, centro-periferia).

O pensamento hegemônico, parte de uma matriz colonial do poder (MIGNOLO, 2017) tem, portanto, data e local de nascimento. A ciência, que se apresenta como paradigmática, é colonial e eurocêntrica: gestada na Europa, transferida para o mundo como “universal”, impõe às diversas culturas sua perspectiva mono-cultural como única forma válida de produção de conhecimento.

Necessário, portanto, trazer ao debate a historicidade do processo de instituição da hegemonia da racionalidade ocidental. Necessário trazer ao debate que não há um saber universal, mas a instituição de um saber-poder, e, assim, desconstruir um modelo de produção de conhecimento que nega a alteridade, que oculta que as diferentes culturas produzem conhecimento a partir de seus próprios referenciais, procedimentos e lógicas.

Para diversos autores a Modernidade é um projeto colonial: “A colonialidade [...] é constitutiva da modernidade” (MIGNOLO, 2017, p. 2) e Quijano entende a Globalização como culminância da colonização latino-americana. Nos propomos, nesse trabalho, a revisitar

modelos vigentes de produção de conhecimento a partir de um diálogo intercultural que valoriza os saberes experienciais encontrados na América Latina.

3. Grupos populares e a profissionalização da gestão cultural

Nas décadas de 1980-1990, na esteira do processo de globalização e de fortalecimento do ideário neoliberal, configuram-se novas articulações entre cultura e mercado, entre as quais destacamos a mercantilização da arte e do patrimônio e a profissionalização da gestão cultural.

Isso traz mudanças na relação dos participantes das folias tradicionais com suas manifestações, ou, em outras palavras, do significado das “brincadeiras” para a “brincantes” – e essas designações já apontam para um status bem distinto do da profissionalização. Os debates em torno da economia criativa, a utilização frequente de expressões como “sustentabilidade” e “empreendedorismo” nesse contexto, indicam que também a sociedade – incluindo aqui as instituições formativas – passa a olhar de outra forma para as manifestações culturais populares, tradicionais e comunitárias.

A participação em editais, por exemplo, exige dos grupos em questão a necessidade de apropriação de uma série de ferramentas de gestão advindas de contextos bem distantes desses coletivos, e que foram construídas muitas vezes a partir de uma perspectiva empresarial – o que induz os grupos a internalizarem lógicas bem diferentes das que os constituíram. Por outro lado, a aprovação de um projeto em um certame público não apenas canaliza recursos para os grupos (constituídos majoritariamente por pessoas economicamente mais pobres), mas pode representar também, na esfera simbólica, uma sensação de apropriação de ferramentas e um movimento de inclusão desses coletivos em espaços de onde foram tradicionalmente excluídos.

Entendemos que uma instituição cultural com 62 anos de atividade, como o Samba de Roda de Dona Dalva, é um exemplo de sustentabilidade. Ela desenvolveu estratégias (de gestão) que garantiram sua sobrevivência ao longo dos anos, mas este saber geralmente não é reconhecido.

A gestão cultural não é área meramente “técnica”. Autores como Carlos Yañez, José Marcio Barros, Victor Vich, sublinham, inclusive, a insuficiência de visões tecnocráticas e centralizadas que favorecem o apagamento das desigualdades e dos conflitos presentes no cotidiano da população e sua incidência nas posições dos agentes culturais. A gestão cultural tampouco é “neutra”, ela nasce em um determinado momento e contexto. Cabe, ainda, salientar que gestores culturais são, eles próprios, sujeitos culturais (TASSAT, 2014), que ocupam lugares específicos – e, muitas vezes, assimétricos – na cartografia sócio-econômica e cultural onde atuam.

A Constituição Federal de 1988 define os “modos de criar, fazer e viver” como parte do patrimônio cultural brasileiro. Isso inclui, no nosso entendimento, também as formas específicas de produção de conhecimento dos “grupos participantes do processo civilizatório nacional”. Em que medida, sob o manto da gestão cultural não estão sendo acionados processos de disciplinamento social? Em que medida a formação na área de política e gestão cultural contribui para a naturalização de hierarquias socialmente construídas?

4. Considerações parciais

Assumir a diversidade como projeto político, implica conhecer e reconhecer as práticas nascidas da ação cultural de grupos populares, tradicionais e comunitários.

O ingresso de gestores de grupos populares na UFRB – seja na graduação, especialização ou mestrado – mostram, por um lado, a busca de conhecimentos legitimados socialmente, mas também o desejo de autonomia na gestão de seus coletivos e de assumir protagonismo na produção de conhecimento, por exemplo, sistematizando eles próprios as ações de seus grupos. Cabe, aqui, iniciar um processo de conexão de saberes entre os grupos, a universidade e a gestão pública da cultura.

Essas experiências nos impulsionam a refletir sobre a formação de gestores em universidades implicadas com as culturas de seus territórios. Nos propomos, nesse trabalho, a revisitar os modelos vigentes de produção de conhecimento sobre gestão cultural a partir do diálogo intercultural com gestores do Recôncavo da Bahia que fundamentam sua ação em referenciais afro-diaspóricos e tentar construir processos de troca baseados no reconhecimento dos saberes experienciais e das tecnologias advindas das práticas desses grupos.

5. Referências bibliográficas

BARROS, José Márcio. Processos (trans)formativos e a gestão da diversidade cultural. In: CALABRE, Lia. *Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e Desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009, p. 63-65.

KUSCH, Rodolfo. *Obras Completas*. Rosario: Fundación A. Ross, 2007.

LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade. ^[1]_{SEP}O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, n° 94, p. 1-18, junho 2017.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. *Entre apostas e heranças: Contornos africanos e afro-brasileiros na educação e no ensino de filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro: NEFI, 2020^[1]_[SEP]

PALERMO, Zulma (org.). *De/descolonizar la universidad*. Buenos Aires: Del Signo, 2015.

TASAT, José (org.). *Políticas culturales públicas. Culturas locales y diversidad cultural desde un enfoque geocultural*. Saenz Peña: UNTREF, 2014.

YÁÑEZ, Carlos. *La identidad del gestor cultural en America Latina. Un camino en construcción*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2013.

VICH, Victor. *Desculturalizar la Cultura. La gestión cultural com forma de acción política*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.